



ANEXO VI

MINUTA DO CONTRATO

PROCESSO Nº 403/2021 CONTRATO Nº 00 /2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2021

CC	ONTR	ATO	QUE	EN.	TRE	SIF	AZ	EM
Α	CÂM	ARA	MUN	IICIP	ΑL	DE E	BEL	ÉΜ
Ε	Α	EM	PRES	Α				
						•••••	PA	RA
Aq	uisiç	ão c	le ec	uipa	mer	ntos	de	ar
condicionado,				bebedouros e				
cli	matiz	adore	es, n	ovo	е	sem	ι	ISO,
pa	ra co	mpor	o pa	trimô	nio	da Cl	MB.	

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. Aquisição e instalação de equipamentos de ar condicionado, bebedouros e climatizadores, novo e sem uso, conforme descrição abaixo, os quais deverão ser entregues e instalados na nova sede da Câmara Municipal de Belém, situada na Travessa Curuzu, nº 1755, Marco, nesta cidade, conforme Termo de Referência anexos a este Contrato, conforme normas e especificações do CONTRATANTE e o constante na proposta de preços apresentada no referido processo, que faz parte integrante do presente Contrato.
- 1.2. A CONTRATADA será responsável pela execução total do fornecimento pelos preços unitários propostos e aceitos pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA - REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 - Fica estabelecida a forma de execução indireta, sob regime de empreitada por preço unitário, nos termos do artigo 10, inciso II, alínea b, da Lei 8.666/93.





CLÁUSULA TERCEIRA - DOTAÇÃO

3.1. As despesas correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Projeto atividade 2167 – AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PARA DAR SUPORTE ÀS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO

Dotação Orçamentária: 4.4.90.52.00 – Equipamento e material permanente

CLÁUSULA QUARTA - VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

- **4.2.** O pagamento será efetuado pelos fornecimentos e serviços efetivamente realizados e aceitos pela Fiscalização.
- 4.3. As medições dos mesmos serão efetuadas pela Fiscalização do Contrato.
- **4.4.** O pagamento será efetuado em até 45 (Quarenta e cinco) dias após a aceitação pelo fiscal do contrato, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo órgão competente.
- **4.5.** Os pagamentos só serão efetuados sob análise criteriosa e avaliação da Fiscalização do Contrato mediante apresentação dos seguintes documentos ao **CONTRATANTE**: a) Nota fiscal;
- b) Certidões negativas do INSS, FGTS, Tributos Federais, Tributos Estaduais, Tributos Municipais e Débitos Trabalhistas;
- 4.6. É vedada a antecipação de pagamentos.

CLÁUSULA QUINTA - PRAZOS

- **5.1.** O prazo de vigência do presente Contrato será de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da assinatura do contrato.
- **5.1.1.** O prazo máximo para início dos serviços fica fixado em 10 (dez) dias contados a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço pela **CONTRATADA**, expedida pelo **CONTRATANTE**.
- **5.2.** A Fiscalização fornecerá junto com a Ordem de Serviço todos os elementos indispensáveis ao início dos serviços.
- **5.3.** A **CONTRATADA**, julgando insuficientes os elementos fornecidos, deverá solicitar por escrito explicações e novos dados dentro do prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, contados do recebimento dos elementos da Fiscalização. Nesse caso, o prazo de execução será contado a partir da data de recebimento dos esclarecimentos solicitados se os mesmos impedirem o início dos serviços.
- 5.4. Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem





prorrogação mantidas as demais cláusulas do Contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos enumerados no §1º do Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - FISCALIZAÇÃO

6.1. A execução do Contrato será acompanhada por representante do **CONTRATANTE**, assim designado nos termos do Art. 67 da Lei nº 8.666/93, que deverá atestar a execução dos serviços e o cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, sem o que não serão permitidos quaisquer pagamentos.

CLÁUSULA SÉTIMA – CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO

- **7.1.** A CONTRATADA obrigar-se-á a desenvolver os serviços objeto deste Contrato, sempre em regime de entendimento com a Fiscalização, dispondo esta de amplos poderes para atuar no sentido do fiel cumprimento do Contrato.
- **7.2.** A CONTRATADA é obrigada a reparar e corrigir, remover, reconstituir, ou substituir, em até 48 (quarenta e oito) horas, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou de materiais empregados.
- **7.3.** A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, Securitários e Comerciais da execução do Contrato e cumprimento da legislação relativa à Segurança e Medicina do Trabalho.
- **7.4.** Cabe à CONTRATADA permitir e facilitar à Fiscalização a inspeção ao local dos serviços, em qualquer dia e hora, devendo prestar todos os informes e esclarecimentos solicitados.
- **7.5.** Aplicam-se à execução dos serviços a serem contratados as normas da ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas.

CLÁUSULA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES

- **8.1.** À **CONTRATADA** poderá ser aplicada seguintes sanções, além das responsabilidades por perdas e danos.
 - a) Advertência;
 - b) Multa de 5% (cinco por cento) do valor estimado para contratação por deixar de entregar alguma documentação exigida para o certame;
 - Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado para contratação por deixar de entregar toda a documentação exigida para o certame;
 - d) Multa de 15% (quinze por cento) do valor estimado para contratação por ensejar o retardamento da execução de seu objeto ou não mantiverem a proposta:
 - e) Multa de 20% (vinte por cento) do valor estimado para contratação quando dentro do prazo de validade de sua proposta não retirar a Autorização de Fornecimento, Ordem de Serviço ou não celebrar o contrato; apresentar documentação ou declaração falsa; falhar ou fraudar na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.
 - f) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de fornecer e





- contratar com a Administração por prazo não superior a cinco anos;
- g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade que será concedida sempre que a CONTRADADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.
- **8.2.** O Impedimento aplicado ao licitante, ao fornecedor ou prestador de serviços, o impedirá de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, para os casos de Pregão, por prazo nunca superior a 05 (cinco) anos, quando, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta:
- I não celebrar o contrato;
- II deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- III ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- IV não mantiver a proposta;
- V falhar ou fraudar na execução do contrato;
- VI se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;
- **8.3.** As multas previstas nesta cláusula serão descontadas de imediato no pagamento devido, podendo ser utilizada, se necessário, a garantia de execução contratual ou cobradas judicialmente, se for o caso.

CLÁUSULA NONA - CESSÃO OU SUBCONTRATAÇÃO

9.1. A **CONTRATADA** não poderá ceder ou subcontratar, total ou parcialmente, os serviços objeto deste Contrato, sem prévia autorização, por escrito, do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA - RESCISÃO

- **10.1.** A rescisão do Contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Autarquia, nos casos previstos nos Arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93, dentre eles:
- a) Não cumprimento pela **CONTRATADA** de cláusulas contratuais, especificações, projetos, prazos ou o seu cumprimento irregular;
- b) Lentidão no cumprimento do Contrato, levando a Autarquia comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços no prazo estipulado;
- c) Atraso injustificado no início da execução dos serviços;
- d)Desatendimento das determinações regulares da autoridade designada pela CMB para a fiscalização da execução do Contrato, assim como as de seus superiores;
- e) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Ordenador de Despesas;
- 10.1 Declarada a rescisão do Contrato, a CONTRATADA receberá do CONTRATANTE apenas o pagamento dos serviços realizados, depois de medidos e aprovados pela Fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

11.1. Assumir integral responsabilidade pela boa e eficiente execução dos serviços, que deverão ser efetuados de acordo com o estabelecido no Edital, documentos técnicos fornecidos, normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas e a legislação em vigor.





- 11.2 Assumir total responsabilidade por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução dos serviços, isentando o CONTRATANTE de todas as reclamações que possam surgir, sejam elas resultantes de atos de seus prepostos ou de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas empregadas ou ajustadas na execução dos serviços.
- **11.3.** Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

12.3. O valor do Contrato poderá ser alterado com as devidas justificativas nos seguintes casos:

12.1.1 – Unilateralmente pela Autarquia:

- a) Quando houver modificação do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) Quando necessária a modificação do prazo ou do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, observados os limites legais estabelecidos nos §§ 1º e 2º do Art. 65 da Lei nº 8.666/93;

12.1.2 - Por acordo entre as partes:

a) Quando necessária a modificação do regime de execução dos serviços, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - RESPONSABILIDADE CIVIL E SEGUROS

13.1. A CONTRATANTE suspenderá o pagamento das faturas/medições deste ou de qualquer outro em vigor com a CONTRATADA, caso a mesma deixe de cumprir satisfatoriamente as determinações constantes deste Contrato ou deixe de executar satisfatoriamente os reparos em bens sinistrados, quando escolhida para efetuar esses serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - CONDIÇÕES DE ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 14.1. Os serviços/fornecimentos em desacordo com as especificações técnicas, assim como as falhas verificadas no ato do seu recebimento, de responsabilidade da CONTRATADA, deverão ser refeitos. Neste caso, o prazo para recuperação daquelas falhas será determinado pelo CONTRATANTE e sua inobservância implicará na aplicação das penalidades previstas neste Contrato.
- 14.2. A eventual reprovação dos serviços/produtos em qualquer fase de sua execução, não implicará em alteração dos prazos nem eximirá a CONTRATADA da aplicação das multas contratuais.
- 14.3. Os prazos de início de etapas de execução e de conclusão, admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do CONTRATO, e assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, devendo ser justificada por escrito e previamente autorizada pelo CONTRATANTE, desde que ocorra algum dos seguintes motivos:





- a) Alteração do projeto ou especificações pela CONTRATANTE.
- b) Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do CONTRATO;
- c) Interrupção da execução do CONTRATO ou diminuição do ritmo de trabalho, por ordem e no interesse do CONTRATANTE;
- d) Aumento das quantidades inicialmente previstas no Edital, do qual este CONTRATO é parte integrante nos limites previstos no Art. 65 da Lei 8.666/93;
- e) Impedimento de execução do CONTRATO, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pelo CONTRATANTE, em documento contemporâneo à sua ocorrência;
- f) Omissão ou atraso de providências a cargo do CONTRATANTE, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente impedimento ou retardamento na execução do CONTRATO, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.
- **14.4.** Os serviços somente serão recebidos pelo **CONTRATANTE**, após o atendimento de todas as condições estabelecidas neste Contrato e nos demais documentos que o integram.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

15.1. Caberá a Contratante a publicação do extrato deste termo contratual, conforme do Parágrafo Único, do art. 61 da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Belém.

de

16.1. Fica eleito o foro do Juízo de Belém - Estado do Pará para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

	Câmara Municipal de Belém (Contratante)	
	Contratada	
TESTEMUNHAS:		
1°	CPF:	
2°	CPF:	

de 2021.